

NOTA DOS EDITORES

Regularmente publicada desde 1989, a revista *Planejamento e Políticas Públicas* (PPP) chega ao seu sexagésimo número contribuindo com análises e avaliações de políticas públicas brasileiras. É com tal espírito comemorativo que apresentamos o conteúdo desta edição.

O artigo 1, assinado por Luciana Mendes Santos Servo, Mônica Viegas Andrade e Pedro Amaral, aborda o tema da saúde, sempre presente no histórico de números da PPP. Intitulado *Os caminhos da regionalização da saúde no Brasil: adequação e acesso geográfico nos anos 2000*, o trabalho analisa a regionalização da saúde pública a partir de indicadores quantitativos de adequação e de acesso geográfico. Utilizando dados referentes aos anos de 2002, 2008, 2011 e 2015, os autores concluem que a espacialidade dos fluxos de atendimento regionais é primordialmente interna à própria região. Além disso, é apontado que o “processo normativo da regionalização sem uma correspondência com a otimização e melhoria da distribuição regional da oferta pode gerar avanços em alguns aspectos da regionalização, mas tem pequeno efeito sobre o acesso geográfico”.

Por sua vez, o artigo 2 discute políticas ambientais. Este tema tem sido recorrente em números recentes da PPP. Para comparar *As políticas públicas e os resíduos sólidos urbanos na Alemanha e no Brasil*, Iveltyma Roosemalen Passos Ibiapina, Talyta Eduardo Oliveira e Áurio Lúcio Leocadio utilizam metodologia qualitativa e descritiva, com base em análise documental. O foco da análise foi o desenvolvimento e as consequências das políticas públicas regulatórias em relação ao descarte de resíduos sólidos urbanos em ambos os países. Os autores apontam que, enquanto na Alemanha as políticas estão consolidadas, o cenário no Brasil ainda é incipiente. Embora a Política Nacional de Resíduos Sólidos tenha sido instituída em 2010, sua implementação ainda é notadamente limitada.

O foco em políticas urbanas também é presente no artigo 3, assinado por Vinicius de Souza Moreira, Suely de Fátima Ramos Silveira, Thiara Contelli Klein e Carolina Gomes Rosado. Em *Capacidades estatais e as políticas urbanas: a realidade de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG*, foi utilizada abordagem qualitativa e entrevistas com atores governamentais para investigar como as capacidades estatais são interpretadas no contexto de atuação para as políticas urbanas locais. Os autores ressaltam o papel fundamental da coordenação e da necessidade de promover capacidades que permitam a operacionalização do trabalho transversal.

O artigo 4 aborda as políticas urbanas a partir de um caso específico. O plano de mobilidade por bicicleta no município de Niterói é o foco do artigo intitulado *Uma alternativa sustentável de mobilidade urbana: o uso de bicicletas e o caso de Niterói-RJ*. Para além do foco na política niteroiense, Thaynara Carinhonha de Menezes e Danielle Carusi Machado descrevem atitudes e políticas de incentivo à locomoção por bicicleta em localidades do Brasil e do mundo, assim como analisam seus possíveis efeitos.

Sérgio Kannebly Júnior, Glauco Avelino Sampaio Oliveira e Rodrigo Ribeiro Remédio assinam o artigo 5, intitulado *Política antidumping no Brasil: determinantes e seus efeitos para a concorrência*. Utilizando dados para o período de 2007 a 2016, os autores se debruçam sobre as investigações e a aplicação de medidas *antidumping* (AD) para a indústria brasileira, discorrendo em torno dos seus efeitos sobre a concentração industrial. Os autores concluem que a política *antidumping* não é neutra, visto que as classes industriais que apresentam crescimento, mais organizadas e com significativa representatividade em emprego, têm maior probabilidade de ter investigações AD aceitas.

O artigo 6, intitulado *Competição e qualidade de atendimento no serviço de comunicação multimídia: um estudo multivariado*, utiliza regressões por modelos de equações estruturais para verificar em que medida a competição influencia a qualidade do serviço de atendimento das empresas operadoras no serviço de comunicação multimídia. Os resultados do trabalho assinado por Amelia Regina Alves, Frederico Neves Condé e Alexnaldo Cerqueira da Silva apontam a existência de uma relação entre competição e qualidade. Tal relação é, contudo, sensível às variáveis socioeconômicas.

O federalismo fiscal é tema do artigo 7, intitulado *Restrição financeira fraca e tamanho dos municípios brasileiros*. Angelo Antonio Paula da Cunha, Jorge H. N. Viana, Sônia Maria Fonseca Pereira Oliveira Gomes, José Jorge Severino e Larissa de Assis Silva investigam os “determinantes da restrição orçamentária fraca por parte do governo local devido à existência de transferências de socorro feitas pelo governo central, em resposta a casualidades”. Os resultados demonstram que os ciclos eleitorais e o tamanho dos municípios – em termos do número de trabalhadores – são determinantes em tais transferências.

No artigo 8, Felipe Garcia Ribeiro, Caio Cesar Rostirolla, Thais Peres Dietrich e Victor Gabriel Antunes Buttignon promovem uma *Avaliação de impactos sinérgicos entre o Programa Bolsa Família e o Programa Primeira Infância Melhor no Rio Grande do Sul*. Estimando o impacto da interação entre os programas sobre as taxas de mortalidade de crianças, os autores concluem que os efeitos de ambos os programas se complementam na redução das taxas de mortalidade em municípios com maior tempo de exposição ao Programa Primeira Infância Melhor e com alta cobertura do Programa Bolsa Família.

Edna Silva Fonseca e Marco Antonio Jorge assinam o artigo 9, intitulado *A discriminação da mulher negra no mercado de trabalho: uma análise comparativa do rendimento no trabalho de Bahia versus Brasil, nos anos de 2001 e 2015*. O objetivo do artigo é investigar a discriminação das mulheres negras no mercado de trabalho, confrontando seus indicadores com grupos de homens brancos, mulheres brancas e homens negros. Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para os anos de 2001 e 2015, o artigo demonstra a existência de retornos salariais distintos, onde as mulheres negras baianas experimentam uma depreciação salarial decorrente da dupla discriminação de gênero e de cor.

Este número da PPP encerra-se com uma análise sobre os *Efeitos fiscais da introdução da Funpresp no Poder Executivo Federal*. No artigo 10, Alex de Almeida Uchôas, Renann Benites Gamon Lima Rebello, José Carlos de Jesus Lopes e Gemael Chaebo estimam a economia que o governo federal obteve no custeio dos regimes de aposentadoria dos servidores públicos civis federais. Com a introdução da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União (Funpresp), em 2013, os autores estimam uma economia de cerca de R\$ 2,5 bilhões no período compreendido entre 2013 e 2019.

Por fim, renovamos os nossos agradecimentos a toda a comunidade da PPP – autores, avaliadores, leitores e corpo editorial –, responsável pelo sucesso e pela longevidade da revista. Que venham outros sessenta números!

Cleandro Krause
Editor

Igor Ferraz da Fonseca
Coeditor